

## A palavra reapropriada: o processo da escritura na obra de Nicole Brossard

Nicole Brossard: *Essays on Her Works*.

FORSYTH, Louise H. (ed.)

Toronto: Guernica, 2005. 255 p. (coll. Writers Series).

O lançamento recente, em língua inglesa, de ensaios críticos sobre a obra da escritora quebequense Nicole Brossard, uma compilação criteriosa realizada por Louise H. Forsyth, professora emérita e pesquisadora da Universidade de Saskatchewan atuando há vários anos na área de *Women's and Gender Studies*, veio preencher uma lacuna que se fazia sentir já há algum tempo: reunir, em um único volume, diferentes vozes da crítica literária feminista enfocando as várias faces da produção e a trajetória dessa escritora.

Nicole Brossard nasceu em Montreal, em 1945. Durante os anos 60, época da *Revolução Tranqüila*, movimento que pretendeu transformar todas as dimensões da sociedade quebequense, suas palavras de ordem eram ruptura, transgressão, desejo, exploração. Queria, antes de tudo, deixar para trás o passado de um Quebec católico e puritano que havia prevalecido até então e, em segundo lugar, compreender a alienação do povo quebequense. Na base dessa mudança estavam a linguagem e a sexualidade: esses constituiriam, mais tarde, os dois eixos que passariam a mover seu texto. O processo da escritura passará a ser visto como campo de pesquisa e como gerador de uma linguagem nova; a consciência feminista, como campo de ação e como possibilidade de transformação.

Se essas duas linhas trabalham juntas no texto brossardiano, também estão ligadas a um aspecto que, de um modo geral, não passa despercebido quando o assunto é o Quebec; estamos nos referindo ao caminho que começa pela busca da identidade. Ao longo desse caminho, dois momentos se destacam: o período que antecede e o que se segue à década de 1970. Se, nos seus primórdios, o texto quebequense via-se mais voltado para si próprio, ao fim dos anos 70 a reflexão e a ficção identitária serão afetadas pela irrupção do heterogêneo; no caso do Quebec, esse heterogêneo será representado tanto pelo discurso nacionalista (leia-se separatista) e pela escritura migrante, como pela escritura "no feminino". Assim, o texto "no feminino" e o discurso feminista serão introduzidos na literatura quebequense pela brecha do heterogêneo. Integrando ao mesmo tempo esses dois campos de interesse, a linguagem e os valores feministas, Nicole Brossard irá moldá-los a sua maneira, passando a ocupar um espaço textual único, singular. Havendo produzido mais de vinte coletâneas de poesia, nove romances e inúmeros trabalhos teóricos e críticos, sua obra é hoje uma referência incontornável na área dos estudos literários e de gênero.

Havendo participado ativamente do projeto da escritura "no feminino", projeto esse inscrito no Quebec notadamente no período que vai de 1975 a 1982, Brossard conferiu a sua obra um status em que a intuição espacial ocupa um lugar bastante particular: observa-se aí uma tensão permanente entre o "lá" e o "aqui", entre o "dentro" e o "fora". Essa tensão é, antes de tudo, um sinal evidente do jogo inclusão *versus* exclusão que se instala no discurso, representado pelo desejo de inserir um sujeito feminino na linguagem patriarcal, mas também, e sobretudo, um sinal maior da energia inerente à linguagem e ao processo da escritura.

O presente livro de ensaios críticos oferece, além de poemas inéditos de Brossard, trechos de

uma entrevista realizada por Louise Forsyth com a escritora em fevereiro de 2003, ocasião em que foram abordados os temas mais variados, como a criatividade, o processo da escritura, a literatura, a poesia, o corpo feminino, os personagens, a cumplicidade, a cidade de Montreal e muitos outros. A essa entrevista, seguem-se onze ensaios realizados por especialistas; são pesquisadoras, tradutoras, escritoras, todas elas profundas conhecedoras do texto brossardiano: Louise H. Forsyth (University of Saskatchewan), Karen S. McPherson (University of Oregon), Alice A. Parker (University of Alabama), Louise Dupré (Université du Québec à Montréal), Claudine Potvin (University of Alberta), Katharine Conley (Dartmouth College), Catherine Campbell (Bishop's University), Susan Knutson (Université Sainte-Anne), Susan Holbrook (University of Windsor), Barbara Godard (York University) e Lynette Hunter (University of Leeds and University of California, Davis). Após esses ensaios críticos, o leitor encontra uma lista completa de todos os títulos publicados pela escritora, nos domínios da poesia, ficção, ensaios teóricos, teatro, antologias e cinema. Finalmente, uma listagem detalhada, porém não exaustiva, dos trabalhos já realizados sobre a obra brossardiana. Tem-se assim, à mão, um recurso de grande valor didático, uma preciosa fonte de consulta em uma única peça, o que nem sempre é o caso.

Como bem afirma a organizadora, todos os ensaios desse volume enfocam, de diferentes formas, o ponto vital do trabalho de Brossard, que é a palavra e o processo escritural. Cada um revela, nas palavras de Louise Forsyth, a inovação radical e apaixonada na sua forma de abordar a linguagem, em todas as suas funções. Cada um dos ensaios reconhece que as palavras, em Brossard, trazem consigo um enorme potencial de trabalho conjunto, reinventando a realidade, o conhecimento e cada ser humano. Cada

ensaio, continua a pesquisadora, chama a atenção para o fato de que escrever a frase *je suis une femme* é um ato pleno de conseqüências.

O texto apresentado na contracapa convida-nos a descobrir – ou, se for o caso, a melhor conhecer – esse recanto do imaginário feminino: “sensuais e envolventes, as palavras simples de Nicole Brossard penetram de uma forma inesperada na mente dos leitores, transformando, para melhor, o significado do ‘eu’ e da realidade. Criando tropos, seja a partir das experiências veladas femininas, seja tendo como ponto de partida a ciência avançada, as tradições filosóficas e literárias, a devastação política que acontece pelo mundo afora, a autora vem revolucionando conceitos do ser e do conhecimento humanos, desafiando a suposta capacidade daqueles que têm abusado do poder há mais de três décadas”. Esse convite nos estimula a repensar um mundo novo, forjado por uma nova palavra, mundo tantas vezes criado e recriado, mundo a ser novamente refeito, tantas e quantas vezes existirem vozes capazes de se exprimir “no feminino”, tantas e quantas vezes essas falas forem capazes de ser transformadas em texto. Para Brossard, a palavra da mulher “est sans conséquence [...] elle ne s’insère pas dans l’histoire”; a escrita e o livro, ao contrário, “entrent dans l’histoire”.<sup>1</sup>

#### Nota

<sup>1</sup> Winfried SIEMERLING, 1994.

#### Referência bibliográfica

SIEMERLING, Winfried. “The Visibility of the Utopian Form in the Work of Nicole Brossard.” In: SIEMERLING, Winfried. *Discoveries of the Other*. Toronto: University of Toronto Press, 1994. p. 173-204.

Ana Lúcia Silva Paranhos ■  
Université de Nantes, França

## Múltiplas rotas femininas

Fausse route.

BADINTER, Elisabeth.

Paris: Odile Jacob, 2003. 222 p.

“A razão principal do feminismo, consideradas todas as diferentes tendências, é instalar a igualdade entre os sexos e não melhorar as relações entre homens e mulheres. Não se deve confundir objetivo com conseqüências, mesmo se por vezes acreditamos que os dois caminham juntos” (p. 179).<sup>1</sup> A afirmação é da pensadora Elisabeth Badinter em *Fausse route (Rumo equivocado)*, livro no qual ela faz um balanço dos trinta anos de feminismo na França. A idéia da autora é que há um desvio de rota no movimento feminista francês, que estaria incentivando um processo de vitimização das mulheres e tomando rumos por demais americanizados. Para além do diálogo que estabelece com teóricas norte-americanas e francesas, e consideradas as questões específicas daquela sociedade (como o debate sobre o uso do véu nas escolas), o livro de Badinter chega ao Brasil pouco mais de dois anos depois de lançado na França, com importante contribuição a dar no panorama da reflexão brasileira sobre feminismo, sua história e seus rumos para o futuro.

Em 1975, um grupo de mulheres cariocas organizou na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, a semana de debates intitulada “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, evento que reuniu uma platéia de mais de quatrocentos participantes e deu início ao Centro da Mulher Brasileira (CMB), primeira organização feminista no país.<sup>2</sup> Começaram a se organizar diferentes movimentos de mulheres, além de jornais de e para mulheres. Os grupos feministas caminharam próximos das organizações de esquerda. Além da luta pela redemocratização, o movimento tinha ações também nas áreas sindical e rural. Mulheres de outros setores sociais e de diferentes orientações sexuais se uniram. Os temas da saúde e do aborto passaram a fazer parte da agenda feminista na década de 1980. A força dessas mobilizações colocou as mulheres como interlocutoras no debate político sobre direito à saúde. Na década de 1980, marcada pelo retorno da democracia

no país, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1987) e o *lobby do batom* foi atuante na conquista de direitos durante a Assembléia Nacional Constituinte. Na década de 1990, a participação das mulheres no ciclo de conferências mundiais da ONU conferiu caráter global ao movimento. No Rio de Janeiro, o Planeta Fêmea ocupou o Aterro do Flamengo durante a Eco-92. As conferências do Cairo (1994), Beijing (1995) e Durban (2001) foram importantes momentos de encontro e de fortalecimento da bandeira feminista.

Bem antes da onda de globalização dos anos 1990, a norte-americana Betty Friedan já havia causado furor numa visita ao Brasil, trazida pela escritora Rose Marie Muraro. Em 1971, a histórica entrevista a *O Pasquim* teve grande repercussão e começou o processo de popularização do debate sobre a condição feminina no Brasil.<sup>3</sup> Durante todo esse período, os estudos de gênero conquistaram espaço nas universidades, a exemplo do que já vinha acontecendo nos Estados Unidos e na Europa. O lançamento da *Revista Estudos Feministas*, em 1992, é um dos sinais eloqüentes da ampliação do debate teórico e acadêmico no país.

É legítimo afirmar que, seja do ponto de vista do movimento, seja no aspecto teórico, o feminismo no Brasil tem mantido um intenso e constante diálogo com o exterior. Daí a leitura do livro de Badinter nos permitir ‘importar’ algumas reflexões para a situação brasileira, desde que com a devida atenção às diferenças de contexto, de cultura e de trajetória. Uma diferença fundamental, por exemplo, foi a legalização do aborto na França há trinta anos, tema sobre o qual, no Brasil, os avanços ainda são pequenos. Uma semelhança é a dificuldade de valorizar a contribuição do feminismo como movimento social que influenciou a mudança de comportamento da sociedade, o que pode ser indicativo, por exemplo, de relações de gênero assimétricas nos mais diferentes países.

Em conferência realizada no Rio de Janeiro,<sup>4</sup> a filósofa francesa Françoise Collin descreveu o movimento feminista como sendo 1) responsável pela ampliação da democracia, na medida em que permitiu que a outra metade da população tivesse direito a voto; 2) um movimento plural, sem hierarquia, dogmas, controle ou estruturas centralizadas, que não defende uma verdade, mas está em permanente processo de construção

de uma agenda que evolui e se modifica. É importante ressaltar essa segunda característica para lembrar que, quando Badinter discute o feminismo, de fato só pode falar de um lugar específico, e não em nome de todo o movimento. Esse “todo”, felizmente, não existe no movimento, como bem aponta Bila Sorj: “Diferentemente dos demais movimentos políticos como o fascismo, o nacionalismo e o comunismo, o feminismo promoveu uma formidável mudança de comportamentos orientada para a promoção de mais liberdade e igualdade entre os sexos, sem aspirar à tomada do poder, sem utilizar a força e sem derramar uma gota de sangue”.<sup>5</sup>

Um dos aspectos relevantes do livro é o diálogo com pensadoras contemporâneas. É certa a crítica de Badinter à valorização da maternidade feita pela filósofa francesa Sylviane Agacinski.<sup>6</sup> Segundo Badinter, essa autora tem afirmado a maternidade como eixo central da identidade da mulher. A esse movimento de valorização da maternidade também se assiste no Brasil, na frequência com que surgem, nas páginas dos jornais, depoimentos de mulheres que pararam de trabalhar para se dedicar exclusivamente à tarefa de ser mãe. Badinter critica o pensamento que desconstruiu as idéias de Simone de Beauvoir<sup>7</sup> para lembrar que, sem a distinção entre natureza e cultura, não haveria feminismo possível. “Nos esquecemos muito rapidamente que ao colocar a biologia em seu lugar – o segundo – ela [Beauvoir] dinamitou as barreiras da prisão das mulheres” (p. 53),<sup>8</sup> defende a autora. Ela atribui ao declínio da importância do pensamento de Beauvoir a amplificação de discursos naturalistas como os que defendem a força do instinto maternal.

O ponto forte do livro está nas duras críticas de Badinter ao que ela chama de vitimização das mulheres, vitimização promovida pela combinação entre o politicamente correto norte-americano e o desejo das feministas de ‘proteger’ as mulheres, insistentemente tratadas como submissas. Em vez de contribuir para a desejável igualdade entre homens e mulheres, a vitimização a que Badinter se refere traria conseqüências nefastas: mantém a mulher no papel secundário, sem autonomia; estabelece uma relação de disputa com os homens, ao invés de incentivar uma relação horizontal; omite do debate temas como a prostituição e a violência praticada por mulheres. Badinter quer desmontar, por exemplo, a idéia de que “os homens são inimigos a ser abatidos”,<sup>9</sup> idéia com a qual o movimento feminista reforçaria a vitimização das mulheres. Para isso, critica duramente a lei de assédio sexual

aprovada na França, que ela considera excessivamente moralista. “Não está longe o tempo no qual, como em Princeton, será considerado como assédio sexual toda atenção sexual não desejada que engendre um sentimento de mal-estar ou cause problemas na escola, no trabalho ou nas relações sociais” (p. 32).<sup>10</sup>

A autora defende a idéia de que as mulheres perdem a oportunidade de valorizar as conquistas na direção da igualdade, muitas vezes expurgando conseqüências positivas geradas, ainda que indiretamente, pelo feminismo. É o excesso de moralismo que impede as feministas de reconhecer a liberdade sexual da juventude como uma conseqüência positiva do movimento.

É claro que se pode enxergar no livro muito do antiamericanismo típico dos franceses. Mas não se deve perder de vista, na leitura de *Fausse route*, o quanto as críticas de Badinter podem contribuir no debate sobre o feminismo e suas possibilidades de sensibilizar novas gerações, sobretudo se considerarmos as dificuldades que, pelo menos no Brasil, o feminismo enfrenta para se afirmar como fundamental nas conquistas hoje tidas como naturais na sociedade. Mulheres que estudam, trabalham e são donas das suas próprias vidas muitas vezes não reconhecem que o feminismo produziu uma revolução silenciosa e pacífica, capaz de mudar o padrão de comportamento de homens e mulheres nas sociedades ocidentais.<sup>11</sup>

#### Uma certa nostalgia

*Fausse route* também nos leva a refletir sobre esta importante característica inicial do feminismo: não ter dono e não ter uma verdade única a ser defendida. Badinter é apenas uma das que podem falar em nome desse movimento, e certamente é uma voz a ser ouvida, mas não é ‘dona’ do movimento. Por isso, cabe uma reserva sobre a omissão de um ponto fundamental: representatividade do movimento feminista, que falaria em nome de uma categoria de “mulheres” que já não é – e talvez nunca tenha sido – unívoca. O tema vem sendo amplamente discutido. A abordagem de Jacques Derrida, em diálogo com a psicanalista Elisabeth Roudinesco, é a seguinte:

Compartilho de sua preocupação diante da lógica comunitária, diante da compulsão identitária, e resisto, como a senhora, a esse movimento que tende para um narcisismo das minorias que vem se desenvolvendo por toda a parte – inclusive nos movimentos feministas. Em certas situações, deve-se todavia assumir responsabilidades políticas que nos ordenem uma certa solidariedade com aqueles que

lutam contra esta ou aquela discriminação, e para fazer reconhecer uma identidade nacional ou lingüística ameaçada, marginalizada, minorizada, deslegitimizada, ou ainda quando uma comunidade religiosa é submetida a repressão. Isso de modo algum impede que se desconfie da reivindicação identitária ou comunitária *enquanto tal*. Mas devo fazer a minha parte, ao menos provisoriamente, aqui onde constato uma discriminação ou uma ameaça. Nesse caso, quer se trate de mulheres, dos homossexuais ou de outros grupos, posso compreender a urgência vital do reflexo identitário. Posso então aceitar uma aliança momentânea, prudente, ao mesmo tempo apontando seus limites – tornando-os tão explícitos e inteligíveis quanto possível. Portanto não hesito em apoiar, por mais modestamente que seja, causas como as das feministas, dos homossexuais, dos povos colonizados, até o momento em que desconfo, até o momento em que a lógica da reivindicação me parece potencialmente perversa ou perigosa (grifo do autor).<sup>12</sup>

É preciso reconhecer que é delicada a tarefa de encontrar, conforme diz Derrida, “o momento em que a lógica da reivindicação pode ser tornar potencialmente perversa ou perigosa”. O que *Fausse route* poderia fazer e não faz é problematizar as feministas enquanto categoria identitária, tema que está inexoravelmente colado a todos os questionamentos de Badinter. Muitas das suas críticas podem ser compreendidas como uma tentativa de manter fixa a ideologia feminista, num momento em que movimento e teoria se desdobram sobre novas questões.

Badinter parece padecer de uma certa nostalgia: aquela de um tempo em que o feminismo, ainda que internamente plural, era mais unívoco. A polissemia dos discursos vem aos poucos enfraquecendo a identidade coletiva e “as feministas” vão deixando de ser uma categoria identitária com definições claras, mudança que não é necessariamente ruim, na medida em que se pode considerar que o feminismo não é uma verdade única sobre a qual o campo teórico e político deve se estabelecer. Nesse sentido, o título que indica uma *rota falsa (fausse route)* parte da premissa de que há uma rota verdadeira, previamente dada, o que não deixa de ser contraditório com a própria história do movimento. Abrir-se a múltiplas rotas é um processo permanente, uma aspiração e um desafio a ser perseguido. Olhar criticamente para a própria história seria uma forma de construir os passos para os próximos trinta anos, sem perder de vista os valores que marcam o percurso até aqui.

O livro de Badinter foi publicado no Brasil em 2005 pela editora Civilização Brasileira, na coleção *Sujeito e História*, sob o título *Rumo equivocados: o feminismo e alguns destinos*. A tradução da edição brasileira é de Vera Ribeiro.

#### Notas

<sup>1</sup> “La raison première du féminisme, toutes tendances confondues, est d’instaurer l’égalité des sexes et non d’améliorer les relations entre hommes et femmes. Ne pas confondre l’objectif et ses conséquences, même si l’on fait parfois mine de croire que les deux vont de pair.”

<sup>2</sup> Schuma SCHUMAHER e Erico VITAL BRAZIL, 2000.

<sup>3</sup> SCHUMAHER e VITAL BRAZIL, 2000.

<sup>4</sup> Conferência “Práxis feminista e democracia”, no Museu da República, em 14 de abril de 2005. Realização do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) e da Articulação de Mulheres do Brasil (AMB).

<sup>5</sup> SORJ, 2005, p. 7.

<sup>6</sup> Autora, entre outros, de *Politique des sexes* (AGACINSKI, 2001) e de *Métaphysique des sexes: Masculin/Féminin au sources du christianisme* (AGACINSKI, 2005).

<sup>7</sup> Sobre o assunto, ver Carla RODRIGUES, 2005.

<sup>8</sup> “Mais on a un peu vite oublié qu’en remettant la biologique à sa juste place – la seconde – elle a dynamité les barreaux de la prison de femmes.”

<sup>9</sup> BADINTER, 2005.

<sup>10</sup> “Le temps n’est pas loin où, comme à Princeton, sera considérée comme harcèlement sexuel ‘toute attention sexuelle nos désirée qui engendre un sentiment de malaise ou cause des problèmes à l’école, au travail ou dans les relations sociales’.”

<sup>11</sup> “Ainda é notável a grande resistência das pessoas em se declararem feministas, mesmo quando abraçam todas as bandeiras que as feministas lançaram desde os anos 70: salário igual para trabalho igual, livre acesso à contracepção, descriminalização do aborto, igualdade entre homens e mulheres na repartição das tarefas domésticas, o fim da violência doméstica. Assim, encontramos muitas mulheres e homens que sempre iniciam suas colocações dizendo que não são feministas, mas são a favor disto e daquilo que constituem o ideário e as lutas feministas” (SORJ, 2005, p. 7).

<sup>12</sup> DERRIDA e ROUDINESCO, 2004, p. 34 e 35.

#### Referências bibliográficas

AGACINSKI, Sylviane. *Politique des sexes*. Paris: Points, 2001.

\_\_\_\_\_. *Métaphysique des sexes: Masculin/Féminin au sources du christianisme*. Paris: Seuil, 2005.

BADINTER, Elisabeth. *L’homme n’est pas un ennemi à abattre*. Entrevista disponível em: <http://livres.lexpress.fr/dossiers.asp?idC=6656&idR=4>. Acesso em: 30 maio 2005.

DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. *De que amanhã...* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

RODRIGUES, Carla. "Butler e a desconstrução do gênero". *Revista de Estudos Feministas*, v. 13, n. 1, p. 179-183, 2005.

SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Erico. *Dicionário de Mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SORJ, Bila. "O estigma das feministas". *O Globo*, p. 7, 13 maio 2005.

Carla Rodrigues ■

revista NoMínimo, em [www.nominimo.com.br](http://www.nominimo.com.br)

## Clarice sem fronteiras

### A ficção de Clarice Lispector: nas fronteiras do (im)possível.

SCHMIDT, Rita Terezinha (Org.).

Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2003.  
207 p

Pensar Clarice, na obra de Clarice, não combina com o cerceamento que o termo "fronteiras" suscita. Porém, quando esse termo vem qualificado pelo jogo semântico aparente em "(im)possível", tudo parece se encaminhar para a noção de desequilíbrio, descontinuidade, desarmonia e infinitude que já internalizamos acerca de sua ficção. Essa parece ser a idéia dominante na antologia de ensaios, organizada por Rita Terezinha Schmidt, *A ficção de Clarice Lispector: nas fronteiras do (im)possível*. As/Os autoras/es declaram a impossibilidade de penetrar na ficção clariceana no seu todo: a cada tentativa, um desafio e uma incerteza. Certa está Schmidt, na "Apresentação", quando afirma que, "Diante de uma obra tão despojada em seus enunciados e, ao mesmo tempo, tão complexa a ponto de desestabilizar certezas nocionais" (p. 7), sua recepção crítica é marcada pelo deslocamento, desassossego e insatisfação.

Na busca pelo fragmento, pela percepção de uma centelha da multiplicidade de significados que a autora imprime aos textos, os doze capítulos que compõem essa coletânea refletem um amplo e rico espectro de formas possíveis de ler Clarice. Os ensaios, todos assinados por acadêmicos e acadêmicas de

universidades brasileiras ou do exterior, primam pelo inusitado (muitos deles, a partir do título) de descobertas feitas nos nichos da significação instigante e excitante das ficções, que colocam *sub judice*. Quem garante a unidade dos estudos é a própria Clarice. Não há fundamentos teóricos, nem tampouco estratégias de abordagem textual ou escolas estéticas comuns, nem mesmo vozes em uníssono. É na e pela diversidade de posicionamentos críticos que Clarice, mais uma vez, se manifesta incitante a seus leitores e leitoras.

O ensaio inicial, "A poética canibal de Clarice Lispector: do molho pardo ao sangue bruto", de Ana Luiza Andrade, (re)lembra que a autora se insere na tradição literária brasileira, por via do canibalismo cultural. Ana Luiza a aproxima de Machado devido ao seu "corpus fragmentário resultante de um processo de escritura que se nutre de si mesmo ao incorporar o outro em sua diferença" (p. 13-14). A antropofagia clariceana se realiza entre extremos: o primitivismo e a modernidade, a natureza e a cultura, permeada pela sátira ao sistema de gênero, com ênfase na função do corpo feminino e na aproximação da linguagem ao paladar. Mas, se o texto da autora se nutre de outro texto, próprio ou alheio, canibalizar sua obra, entretanto, pode ser uma tarefa (im)possível, na medida em que Clarice se move textualmente por dentro de uma dialética saturnina.

Essa tarefa (im)possível é retomada em "A língua chinesa de Clarice Lispector", por Michel Peterson, que relaciona a dificuldade em compreender Clarice à questão da linguagem. A "língua chinesa" da autora, hieróglifa, é concebida como uma "semântica extensional", a qual estuda as relações entre o acontecimento, a grafia e a nomenclatura. *Água viva* é o melhor exemplo, porque nos impulsiona para a leitura de um desenraizamento, uma flutuação, ou seja, de uma

língua que nos é desconhecida. No Deus de Clarice, Peterson descobre uma estreita ligação entre o discurso feminino e a dimensão mística de sua escritura. Por um lado, aponta as diferenças entre Clarice e Teresa de Ávila; por outro, aproxima de Laure, na maneira como ambas se abrem para o sagrado e desdobram “um pensar-sentir que excede o pensamento e que só o enuncia pelo grito, nos silêncios da língua, essa língua luxuosa que chamei chinesa” (p. 46), o que, no âmbito da dimensão teológica, a estratégia retórica não impede de o discurso feminino clariceano só se “agitar na margem” (p. 38).

Para Ihana Ruobueno, em “En el umbral de la palabra: *Un soplo de vida* de Clarice Lispector”, este romance não foi devidamente apreciado pela crítica literária latino-americana, apesar de ser a obra culminante da autora e melhor representar a “totalidad abierta”, em que “todos os significados posibles integran un conjunto infinito” (p. 52), ao concentrar os textos anteriores. O romance tematiza a construção de uma identidade (das personagens? de Ângela Prati? do Narrador-Narradora? da Autora?), fato que sustenta o paralelo entre o coração e a diegese neste “LIBRO-CORAZÓN” (p. 56). Com o foco no título e nas epígrafes, Ruobueno relaciona o processo criativo clariceano à expansão e contração de significados, pois a escritura é aprendizagem e liberação, enquanto as fronteiras entre a realidade e a irrealidade se esfumam. De estrutura circular, cada pulsação dá início a uma vida, ora revelando a nostalgia pelo retorno ao tempo mítico, ora rebelando-se contra o tempo concreto, histórico, humano e profano. Clarice tem consciência de ter ultrapassado o “umbral de la palabra”.

Em “Clarice y el polvillo crítico: una memoria de lecturas”, Margara Rusotto traça o percurso da recepção crítica da obra de Clarice: uma “literatura del pánico de lo familiar”. O “enigma” clariceano, um projeto estético-ideológico distinto dos estereótipos da literatura brasileira, contrasta com a épica sem esperança, o romance nordestino, as personagens da pré-modernidade e a picaresca urbana, daí a comparação com Rosa, Kafka e Woolf. O “retrato estable”, caracterizado pela polifonia, pelo expressionismo e pelo despojamento voluntário do eu, configura-se, após os anos 60, com os estudos de Antonio Candido. Experimental, intimista e filosófica, a obra de Clarice passa a ser reconhecida internacionalmente, embora não se trate de “evoluciones” críticas lineares, pois, “a cada etapa estabilizadora, la lectura de un nuevo material produce una nueva

desestabilización” (p. 79). A constelação de leituras encanta Rusotto. Ela se declara parte de uma comunidade de clariceanos/as obsessivos/as, que não perde a esperança de, um dia, vir a “decifrar la obra de Clarice”.

Jaime Ginzburg, em “Clarice Lispector e a razão antagonica”, parte da concepção de individualidade para mostrar que a sua obra, temática e esteticamente, por meio da fragmentação da narrativa e do distanciamento do realismo tradicional, desvela a precariedade da constituição individual na sociedade brasileira. Aqui, a maior parte da população não consegue “ascender a uma subjetividade plena” (p. 95). Na relação entre literatura e sociedade, as personagens situam-se à margem do poder, por isso, fragmentam-se em face da desumanização e barbárie a que estão expostas. As citações retiradas de vários textos confirmam uma estética “em favor do impacto do estranhamento” (p. 92), tal qual Machado em *Memórias póstumas*. O mérito da autora é o de representar os “sem-voz” e se mostrar solidária, quando aproxima o intelectual da miséria brasileira.

Um dos veios temáticos presentes na poética clariceana recai na auto-reflexividade dos textos acerca do ato de escrever e dos gêneros literários. Entre os ensaios que abordam esse aspecto, encontram-se o de Patrícia Lessa Flores da Cunha, “Para uma formulação da poética de Clarice Lispector” e o de Gilda Neves da Silva Bittencourt, “Contos: a vitrina de Clarice Lispector”. No primeiro, a crítica focaliza as crônicas reunidas em *A descoberta do mundo*, demonstrando que, para Clarice, a escritura – maldição e poder – é uma preocupação não apenas estética, mas sobretudo existencial. No segundo, Bittencourt volta-se para a apreciação dos contos, apresentando-os cronológica e tematicamente. Embora nas publicações pertencentes à primeira fase (décadas de 40, 50 e 60) a preocupação com o ato de narrar seja apenas sugerido e a crise das personagens não atinja a profundidade e a extensão paradoxal dos contos da maturidade, elas já contêm os ingredientes que identificam seu discurso literário. Só em *Laços de família* e em *A legião estrangeira* é que os contos se caracterizam pela “epifania” e demonstram seu pleno domínio da criação artística. Na segunda fase (década de 70), é que os contos ganham uma dimensão mais ampla porque abrangem o social explícito.

Os dois ensaios seguintes, “Uma aprendizagem ou O livro dos prazeres: uma trajetória de individuação”, de Ana Maria Lisboa de Mello, e “Os mistérios da união em ‘As águas

do mundo”, de Maria da Conceição Soares Beltrão Filha, abordam a obra clariceana a partir do conceito de individuação de Jung, para quem “a meta da individuação é despojar o si-mesmo dos invólucros falsos da *persona*” (p. 120), como informa Lisboa de Mello. Loreley, a protagonista de *Uma aprendizagem*, no percurso para atingir o *Self*, tem plena consciência do assombro e medo, sofrimento, alegria e o sentimento de plenitude final, realizada a travessia. Seu renascimento traduz-se em um “estado de graça”, que lhe permite captar a beleza de tudo e de todos. Tendo encontrado a si mesma, Lóri abre-se para o outro – Ulisses – e, no final, fica a expectativa de uma união mística entre eles. Já a proposta de análise em “As águas do mundo” é a de uma leitura interdisciplinar em que a Psicologia Aplicada, compatível com o paradigma quântico, cruza-se com a Literatura, pois o conto contém um dos *motivos* da literatura clariceana: a água. É a relação dialética entre o mar e uma mulher que conduz ao “processo de individuação”. Assim como os alquimistas ancestrais, Clarice realiza a união dos opostos, que promove a cura da dissociação psíquica. No mistério da vida, dependemos do Outro desconhecido de nós mesmas, a fim de alcançarmos o *Self*. O amálgama entre a mulher e o mar mostra um necessitando do outro: ele para fertilizar-se; ela, para umedecer-se.

O ensaio de Regina Dalcastagné, por um lado, apresenta pontos de contato com o ensaio de Ginzburg, especialmente ao notar a aproximação entre o intelectual e o povo no Brasil, a massa; por outro, delinea uma Macabéa que se assemelha à de Sadlier, no ensaio seguinte. Dalcastagné, em “Engendrando Macabéas: a representação da personagem popular em Osman Lins e Clarice Lispector”, intenta o encontro de Maria de França, personagem de *A rainha dos cárceres da Grécia*, com Macabéa, de *A hora da estrela*. A abordagem recai na semelhança entre os processos criativos de Lins e Lispector, pelo fato de só chegarmos às protagonistas por intermédio de seus narradores, uma vez que não lhes é dada voz. Elas são descritas e faladas, ambas “nordestinas – pardas, feias, inaptas, miseráveis” (p. 138) e anônimas. O caminho para o (auto)conhecimento se dá pelo avesso: ao criá-las/interpretá-las, os narradores constroem suas identidades e as dessemelhanças entre eles (criador e criatura) se acirram. Trata-se de dominar a palavra, pois é ela “que estabelece a distância simbólica entre o intelectual e a massa” (p. 157).

Quanto mais as protagonistas se mostram inadequadas diante dos códigos culturais dominantes, mais se nota a profunda incompreensão dos autores/narradores sobre o objeto de sua escrita. A figura do narrador no romance e sua ausência no filme é, por sua vez, um dos aspectos que Darlene Sadlier explora em “Imitation of life: *A hora da estrela*”. Na versão de Suzana Amaral, a Rádio Relógio e a trilha sonora (*The Blue Danube*) preenchem o espaço de Rodrigo S. M., do romance. Ao comparar a dimensão sócio-ideológica da versão fílmica com a do texto literário, a crítica demonstra que aquela se move em direção oposta à deste, por sua qualidade neo-realista e vínculo ao Cinema Novo, por ser criticamente auto-reflexivo contra a mídia, por possuir um objetivo político mais direto. O filme não se restringe a uma tradução servil de Lispector: é um texto novo, transformador.

No ensaio “Clarice Lispector e Margaret Atwood: nomear o não-dito”, Rita Terezinha Schmidt analisa a trajetória do sujeito feminino e seu desejo, na medida em que as relações do feminino/feminino buscam subverter a história literária, que sempre retorna ao masculino. Em *A paixão segundo G. H.* e *Surfacing*, as narrativas alegorizam uma pré-história reprimida – a relação do sujeito feminino com o corpo da mãe (ordem do imaginário) – pelo patriarcado (ordem do simbólico) e as protagonistas se auto-representam num discurso que se movimenta fora da ideologia de gênero, desestabilizando a vigência de um sujeito uno, integrado e autônomo, para fazer surgir, em seu lugar, um sujeito feminino, múltiplo, fluido, em processo. O rearranjo dos significados, “calcado num ideologema do corpo”, aponta para a transformação de paradigmas “para que as mulheres possam se imaginar outras e, também, umas com as outras” (p. 202).

Os ensaios incluídos nessa coletânea renovam nossa expectativa de descobrir Clarice. Além de aguçarem o interesse por uma (re)leitura prazerosa, ampliam nosso horizonte de expectativa quanto ao modo de perceber sua obra. Oferecem ângulos teóricos diversificados e até então desconhecidos no conjunto da recepção crítica de sua produção literária. Os textos de *A ficção de Clarice Lispector: nas fronteiras do (im)possível*, em outras palavras, instigam nossa curiosidade e empurram-nos ao encontro da autora, pois são unânimes em mostrar uma “Clarice sem fronteiras”.

Eliane T. A. Campello ■

Fundação Universidade Federal do Rio Grande

# Família e mulheres no povoamento do antigo Planalto Paulista

Famílias, mulheres e povoamento: São Paulo, século XVII.

SAMARA, Eni de Mesquita.

Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003. 102 p. (Coleção História).

Eni de Mesquita Samara é professora titular do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, atual diretora do Museu Paulista da USP e presidente da ANPUH.

Desde sua tese de doutorado, *A família na sociedade paulista do século XIX*,<sup>1</sup> ela tem investigado a família paulista e brasileira em seus diferentes momentos. Nessa publicação volta sua atenção para os primeiros anos da colonização paulista – o século XVII –, a mesma época da obra de José de Alcântara Machado de Oliveira *Vida e morte do bandeirante*.<sup>2</sup>

O livro de Samara aborda temas consagrados pela Nova História:<sup>3</sup> a família e as mulheres. A primeira parte da obra trata da família e a segunda, do papel das mulheres no povoamento paulista. O conteúdo é apresentado em oito capítulos sintéticos e parágrafos curtos. Contém, ainda, duas gravuras do século XIX, de Jean-Baptiste Debret, uma indicativa de passeio em família e a outra sobre a vestimenta feminina, assim como quatro gravuras idealizadas apresentando as vestimentas da época, extraídas do trabalho de Belmonte *No tempo dos bandeirantes*.<sup>4</sup>

Ele se dirige tanto ao especialista da História Cultural quanto ao professor de nível médio ou superior do curso de História.

De início, é reapresentada a discussão sobre a família colonial brasileira, tendo por baliza o clássico de Gilberto Freyre – *Casa-grande & senzala*<sup>5</sup> – que consagrou o conceito de família extensiva e patriarcal. A seguir, a autora analisa os autores da primeira fase de revisão da temática nos anos 1950 e 1960, culminando, nos anos 1970, com Eni M. Samara,<sup>6</sup> Iraci del Nero da

Costa,<sup>7</sup> Elizabeth Kuznesof,<sup>8</sup> Maria Odila Dias<sup>9</sup> e outros que indicaram diferentes situações de famílias particularmente no Sul e no Sudeste do país. Nos núcleos urbanos, por exemplo, a família extensa era minoria, enquanto as famílias chefiadas por mulheres representavam um número considerável. Essa revisão historiográfica não é exaustiva em vista da ausência da tese de Maria Luiza Marcílio,<sup>10</sup> pioneira na apresentação de dados demográficos da população paulista na passagem do século XVIII para o XIX, que demonstrou coexistir vários tipos de família em São Paulo.

A historiadora destaca ainda que a produção historiográfica mais recente tem se preocupado em estabelecer paralelos com as organizações familiares de outras regiões. Por exemplo, Alida Metcalf<sup>11</sup> localizou em Santana de Parnaíba arranjos familiares das regiões de fronteira semelhantes aos arranjos das áreas de colonização na América do Norte e da América Latina.

A maioria das obras utilizadas na reflexão do modelo de família patriarcal brasileira refere-se ao século XVIII e, principalmente, ao XIX, haja vista a carência de pesquisas sobre a história brasileira dos primeiros anos.

O capítulo três – “Família, riqueza e poder na São Paulo colonial” – caracteriza a família da elite paulista do Seiscentos. Tanto nas áreas exportadoras quanto naquelas ocupadas com o abastecimento interno, a terra era privilégio; portanto, estava concentrada em poucas famílias que representavam a “nobreza colonial”. A posse da terra e de escravos significava prestígio e poder, de forma que as alianças matrimoniais entre a elite garantiam a continuidade desse modelo.

Nos parágrafos seguintes, passamos a sentir falta das informações sobre as famílias mais humildes. Entretanto, esse subtema é deixado para ser desenvolvido em futuras monografias, pois o trabalho concentra-se na análise historiográfica.

Por fim, a autora esclarece ser impossível conceber um padrão de família colonial brasileira, pois ocorreram diferenças ao longo do tempo, além das diferenças regionais, de raça e de classe que dificultam a construção de um conceito único de família.

Disserta, a seguir, sobre as mulheres dos primeiros séculos. A história das mulheres teria se firmado como um desdobramento dos estudos da família. A caracterização do papel social das mulheres começou com as análises das mulheres chefes de grupos familiares. O folclore e a história oral também descreviam mulheres fortes que eram protetoras do lar na época dos bandeirantes. Acrescida do fato de que a população masculina dessa época vivia em constante movimento, essa situação teria delegado às mulheres viúvas ou de maridos ausentes a direção e o provimento da casa.

Credita à falta das fontes históricas o ineditismo do tema. E contra-argumenta que, já que a família e as mulheres estão quase ausentes na documentação dos primeiros séculos da colônia, os testamentos e os inventários *post-mortem* podem se transformar em fontes privilegiadas para essa inclusão e análise.

Por essa razão, Alida Metcalf<sup>12</sup> e Muriel Nazzari<sup>13</sup> selecionaram as partilhas dos inventários *post-mortem* a fim de compreender a participação das mulheres da colônia na vida social. Na partilha constavam as informações sobre os dotes e adiantamentos recebidos pelos filhos, assim como a distribuição da terça estipulada no testamento. A análise dessa documentação revelou, para Nazzari, o privilegiamento das filhas através dos dotes e das terças legadas pelos pais de Santana de Parnaíba. Acrescenta, ainda, que Charles Boxer<sup>14</sup> localizou algumas mulheres mais poderosas do que os homens nas colônias ibéricas.

Eni Samara ilustra os diversos capítulos com casos de mulheres gerenciadoras dos seus bens: por exemplo, a rebelde Maria da Anunciação, casada com Antonio Francisco Baruel, que deixou com o irmão a administração dos seus bens; ou as viúvas Lucrecia Leme e Catharina Paes, incumbidas pelos falecidos da total responsabilidade pelo espólio.

E conclui que

[...] essa História não pode ser considerada marginal, um adendo ou mesmo um suplemento à parte, mas sim uma História mais próxima da realidade em que vivemos no passado e que hoje é analisada na sua complexidade de variáveis e especialmente com uma visão inovadora e multidisciplinar (p. 90).

O livro cumpre seus objetivos, pois nos apresenta, em linguagem clara e concisa, o debate atual sobre o papel da família e das mulheres nos primeiros séculos das capitânias

paulistas. As referências bibliográficas coincidem com as obras necessárias para um curso de graduação ou pós-graduação sobre o tema. Isso porque as abordagens nos diversos capítulos foram "problemáticas instigantes e foram tratadas originalmente como aulas nos concursos de Livre-Docência e titulação que realizei no Departamento de História" da Universidade de São Paulo (p. 8).

#### Notas

<sup>1</sup> SAMARA, 1980.

<sup>2</sup> OLIVEIRA, 1943.

<sup>3</sup> Eni M. Samara ressaltou na sua tese de doutorado que a obra de Philippe Ariès *L'Enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime* (ARIÈS, 1973) serviu-lhe de apoio metodológico e conceitual para aquela pesquisa. Sobre os novos temas tratados pela História, ver Jacques LE GOFF e Pierre NORA, 1995. Para as novas abordagens desenvolvidas pela historiografia brasileira, ver Ciro CARDOSO e Ronaldo VAINFAS, 1997.

<sup>4</sup> SAMARA, 1980, p. 66, 67 e 69. As gravuras de DEBRET, 1954, são representações da época em que o artista visitou o Brasil, no início do século XIX, sendo editadas entre 1834 e 1839; por outro lado, as gravuras de BELMONTE, 1939, foram criadas no século XX para ilustrar os livros sobre o passado.

<sup>5</sup> FREYRE, 1933.

<sup>6</sup> SAMARA, 1980.

<sup>7</sup> COSTA, 1977.

<sup>8</sup> KUZNESOF, 1986.

<sup>9</sup> DIAS, 1982.

<sup>10</sup> MARCÍLIO, 1974.

<sup>11</sup> METCALF, 1992.

<sup>12</sup> METCALF, 1992.

<sup>13</sup> NAZZARI, 1991.

<sup>14</sup> BOXER, 1975.

#### Referências bibliográficas

ARIÈS, Philippe. *L'Enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris: Seuil, 1973.

BELMONTE. *No tempo dos bandeirantes*. São Paulo: Gráfica da Prefeitura, 1939. 310 p.

BOXER, Charles R. *Mary and Misogyny: Women in Iberian Expansion Overseas, 1415-1815, Some Facts, Fancies, and Personalities*. London: Duckworth, 1975. 142 p.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Dominios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 508 p.

COSTA, Iraci del Nero da. "A estrutura familiar e domiciliária em Vila Rica no alvorecer do século XIX". *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, USP, São Paulo, v. 19, p. 17-34, 1977.

DEBRET, Jean Baptiste (1768-1848). *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Paris: R. de Castro Maya, 1954. 23 p. 100 plates.

- DIAS, Maria Odila da Silva. *Anna Gertrudes de Jesus, mulher da terra*. 1982. Tese (Livre Docência em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933. 517 p.
- KUZNESOF, Elizabeth Anne. *Household Economy and Urban Development: São Paulo, 1765 to 1836*. Boulder: Westview Press, 1986. 216 p.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novos problemas*. 4. ed. Tradução: Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. 193 p.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850, com base nos registros paroquiais e nos resençamentos antigos*. Tradução da autora da tese de 1968. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1974. 220 p.
- METCALF, Alida. *Family and Frontier in Colonial Brazil – Santana de Paranaíba 1580-1822*. Berkeley: University of California Press, 1992. 280 p.
- NAZZARI, Muriel. *Disappearance of the Dowry: Women, Families and Social Change in São Paulo, Brazil (1600-1990)*. Stanford: Stanford University Press, 1991. 245 p.
- OLIVEIRA, José de Alcântara Machado de. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Martins, 1943. 236 p.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *A família na sociedade paulista do século XIX (1800-1860)*. 1980. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Maria Lucília Viveiros Araújo ■  
Faculdade de Economia, Administração e  
Contabilidade da USP

## Feminismo e Ciências Sociais

### Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e Ciências Sociais.

SCAVONE, Lucila.

São Paulo: EDUNESP, 2004. 205 p.

*Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e Ciências Sociais* oferece para nós, pesquisadoras/es das Ciências Sociais, um conjunto de temas abordando questões importantes, não somente para as mulheres, mas também de interesse de toda a sociedade. A autora rediscute as formas tradicionais de fazer ciência baseada nos modelos cartesianos que, em geral, relegaram a um plano inferior problemas que afetam diretamente a vida das mulheres no espaço privado (a violência doméstica, a invisibilidade do trabalho doméstico, a educação diferenciada) e no espaço público (os salários desiguais, a falta de paridade nas representações políticas).

O livro percorre a trajetória da crítica feminista que, enriquecida por “numerosas influências teórico-políticas, deu prova de sua diversidade: marxista, anarquista, estruturalista, liberal, católica, radical, ecológica” (p. 30), porém reafirma que o que “permaneceu como consenso político entre essas diversas correntes feministas contemporâneas foi o fato de contestarem o caráter irreversível da subordinação feminina nos planos teórico, político e prático” (p. 30). Esses vários feminismos foram capazes de pensar novos modelos de fazer ciência, rompendo com o modelo cartesiano que durante séculos foi responsável pela exclusão de temas e de sujeitos antes considerados irrelevantes e inadequados aos estudos acadêmicos: as mulheres, os negros, os pobres, os “excluídos”.

*Dar a vida e cuidar da vida* é apresentado em nove capítulos cujas reflexões no campo da Sociologia, dentro de uma perspectiva feminista, revelam-nos como as pesquisas de gênero, que, não por acaso, são produzidas majoritariamente por mulheres, contribuíram para a criação de novos conceitos analíticos “que tratam da

situação social das mulheres, como sexismo, androcentrismo, patricarcado, gênero, relações sociais de sexo, saúde reprodutiva, direitos reprodutivos entre outros” (p. 12). Esses conceitos são originários da trajetória política do movimento feminista, em sua necessidade de descrever, denunciar e analisar as causas das desigualdades sexuais, presentes em todas as relações, cruzadas com a questão de classe e com as relações étnico-raciais.

A importância desses conceitos para a história política das mulheres, que tem no movimento feminista seu porta-voz, está presente nas linhas e entrelinhas de cada capítulo. Nas palavras iniciais, a autora faz emergir os diferentes momentos compartilhados pelas pesquisadoras européias, americanas e brasileiras que, influenciadas pelo feminismo dos anos 60 e 70, foram responsáveis por profundas mudanças no campo das Ciências Sociais. É certo que a emergência dessa temática nas Ciências Sociais tem uma história, que data de mais de dois séculos, e essa luta, recuperada, escrita e reescrita pelas pesquisadoras feministas, permitiu conhecer o sujeito feminino, ainda desconhecido ou desvalorizado por grande parte das ciências.

No percurso, para mostrar as imbricações do feminismo com a academia, Scavone recupera a perspectiva de várias obras que são fundamentais para compreender os muitos momentos do feminismo e como as pesquisadoras intervieram com argumentos e contra-argumentos para abrir os olhos de uma ciência que não problematizava nem buscava analisar as relações sociais de sexo. Da *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, escrita por Olympe de Gouges, em 1791, a *O segundo sexo*, de Simone Beauvoir (1949), percorrendo a análise de Joan Scott da categoria gênero (1990) e incorporando as críticas de Fougeyrollas-Schewebel (1993) a Pierre Bourdieu pela forma como este autor referiu-se ao feminismo, a autora mostra-nos como as pesquisadoras foram capazes de desconstruir o determinismo biológico, sociocultural e político por meio da crítica aos conceitos que reforçavam as desigualdades sexuais. Nesse capítulo, Scavone ainda apresenta os debates sobre o conceito de gênero, o qual já foi incorporado, de diversas maneiras, na academia. Entretanto, considera que a forma como ele vem sendo trabalhado “revela o caráter não conclusivo deste conceito e o permanente debate teórico no feminismo” (p. 42.) e na produção acadêmica. Essa perspectiva dá elementos para compreender melhor o atual impasse das

pesquisas e estudos de gênero no Brasil, que ora se afastam das questões propriamente políticas, criando uma clivagem com o movimento feminista, ora se afirmam politicamente, aproximando teoria e movimento social.

As reflexões da autora no campo da saúde e dos direitos reprodutivos são apresentadas a partir das origens dos conceitos e de como estes intervieram na desconstrução dos determinismos biológicos e na luta contra as desigualdades sexuais, especialmente no Brasil. Continuando sua lógica de elaborar a trajetória conceitual, ela mostra como as discussões sobre direitos reprodutivos revolucionaram o campo da saúde, à medida que “os problemas relacionados à reprodução, à maternidade, não eram considerados fatalidades biológicas nem determinantes da situação social das mulheres, mas resultantes das relações de gênero” (p. 47). A origem desse conceito está nas idéias do feminismo baseadas em palavras de ordem representativas desse movimento: “Nosso corpo nos pertence” é bandeira das muitas lutas transpostas para as discussões acadêmicas e, também, assimiladas pelos organismos internacionais. Questionando a ciência e os poderes judiciários, os direitos reprodutivos aparecem como uma ampliação dos direitos humanos, a partir de um significado político social mais abrangente dado pelo movimento feminista que “remetia ao questionamento das relações de gênero tanto no interior da família como na orientação das políticas de planejamento familiar em vigor. Não se tratava só de politizar as questões privadas e trazê-las para o debate público, mas, sobretudo, mediante esta luta, alcançar a equidade de gênero” (p. 56).

Dentre as questões privadas publicizadas pelo feminismo, podemos citar a da esterilização feminina e a do aborto. Praticamente consagrada como um método contraceptivo e adotado largamente pelas brasileiras, a esterilização é um mecanismo de controle irreversível e foi responsável pela diminuição radical dos índices de fecundidade no país, situando o Brasil entre os países com as mais altas taxas de esterilização do mundo. A forma como esse mecanismo de controle foi adotado pelas mulheres, sem orientação, em situações completamente inadequadas, gerou muitas polêmicas principalmente quando da divulgação dos dados pelo movimento feminista, desencadeando, a partir de então, um amplo debate na sociedade brasileira que, por sua vez, contribuiu para a regulamentação da esterilização no Brasil através de um projeto de lei que garantiu o acesso à rede

pública de saúde com alguns critérios, que permitiu às mulheres e aos homens um conhecimento maior sobre os riscos e uma maior liberdade de opção.

A outra questão que emerge do privado é a do aborto, contribuindo para isso os altos índices de práticas clandestinas realizadas e as condições precárias que resultam em números alarmantes de mulheres que arriscam a vida e a saúde, o que faz do aborto uma questão de saúde pública. No Brasil, esse debate teve forte oposição da Igreja Católica, assim como nos países da América Latina e em alguns países da Europa, onde a Igreja Católica é uma forte expressão. Em Portugal, por exemplo, esse tema divide opiniões tanto no parlamento, onde socialistas e conservadores debatem amplamente a questão, assim como nas universidades, onde o tema ainda levanta polêmicas. Recentemente, ao participar do seminário "Direitos, deveres e liberdades sexuais", promovido pela Seção de Defesa dos Direitos Humanos da Associação Acadêmica de Coimbra, percebi que o tema que perpassou todas as conferências foi a questão do aborto e, entre defesas apaixonadas fundamentadas nos direitos humanos das mulheres e os contra-argumentos baseados nos velhos preceitos religiosos do direito à vida do feto, constatei o quanto esse tema angustia, incomoda e inquieta diferentes gerações.

Os acontecimentos recentes com a morte do Papa João Paulo II, marcados por grandes manifestações no Brasil e em Portugal, demonstram o poder imensurável da Igreja personificada na figura dessa 'eminência'. Esse poder foi, sem dúvida, um entrave para que o aborto, tanto em Portugal como no Brasil, continue ilegal.

A questão é analisada mais profundamente por Scavone, tendo como campo de reflexão a pesquisa, realizada no estado de São Paulo, "A mulher e o aborto: da decisão à prática", na qual a autora observa que há um controle muito mais rígido nas cidades do interior, diferentemente das cidades grandes, onde "os preconceitos se dispersam no anonimato dos (as) cidadãos (ãs), o que possibilita um maior sigilo familiar e social para a realização de atos condenados moral e socialmente como é o caso do aborto" (p. 106). Em cidades menores, como é o caso de Araraquara/SP, "a prática do aborto repercutiu com intensidade na trajetória das mulheres que o praticaram e daqueles que não quiseram admiti-lo" (p. 108).

O estudo evidencia ainda que, além dos riscos físicos, psíquicos e morais que faz do aborto uma experiência traumática na vida das mulheres pesquisadas, a clandestinidade no país agrava a vida das mulheres pobres que assumem, quase sempre solitariamente, a decisão e realização do aborto, sem a participação de seus companheiros. A análise deixa claro que o aborto é uma questão de gênero e uma questão política, produzida pelas relações de dominação entre os sexos.

Os últimos capítulos do livro a autora dedica à maternidade. Desses, considero "As múltiplas faces da maternidade" seu texto mais original, que se tornou para muitos pesquisadores brasileiros uma referência em estudos sobre essa temática. Nesse capítulo, Scavone faz-nos pensar sobre o sentido de ser mãe, visto não apenas pelo lado biológico, mas, também, pela sua construção sociológica, antropológica, sócio-econômica. A autora nos leva a refletir e compreender os múltiplos aspectos que envolvem o ser mãe em uma sociedade na qual não se pode ignorar a "responsabilidade feminina pelos corpos gerados – seja na gravidez, no parto, na amamentação..." (p. 143). Nessa reflexão alguns questionamentos são bastantes pertinentes como, por exemplo, quando envolvem a recusa da maternidade. "Tal possibilidade de recusa não seria, também uma forma de as mulheres resistirem a um papel social que lhes foi atribuído como natural?" (p. 144), questiona a autora.

Na sua análise, recupera o fato de que as concepções sobre aspectos da maternidade foram mudando historicamente; a amamentação, por exemplo, já foi desprezada (as campanhas da Nestlé para vender leite Ninho reforçavam esse argumento), depois valorizada e mais recentemente recuperada. A maternidade é um fenômeno no qual perpassam interesses políticos, econômicos e sociais que interferem na vida das mulheres e se interpõem nas suas escolhas e decisões.

Ao discutir escolhas, dilemas, alegrias e tristezas de mulheres que vivenciaram a maternidade, Lucila rememora a relação de mulheres maranhenses com a gravidez, aborto, parto, a relação dessas mulheres com as parteiras tradicionais, o parto de cócoras e o uso dos chás tão comuns na época em que realizou a pesquisa e ainda hoje presente em muitas regiões do Norte e Nordeste do Brasil. Nesse estudo estão presentes as críticas feitas pelas mulheres à medicina tradicional e ao serviço público de saúde, que não as atende de forma humanizada, assim como as estratégias que encontram nos seus cotidianos

para resistir às dificuldades e carências. Muitas dessas resistências “são parte de uma história que ainda pode ser escrita: da obstinada e cotidiana luta das mulheres pela continuidade da vida” (p. 169).

Nessa luta incansável pela vida na qual as mulheres foram durante séculos a parte invisível de uma ciência que não lhes reconheceu seu protagonismo, Lucila chama a atenção para o fato de que a “relação das mulheres com a saúde remonta de tempos longínquos e está ancorada no próprio corpo feminino” (p. 127). Essa relação é mencionada em muitos estudos, a exemplo de *O martelo das feitiças*,<sup>1</sup> que retrata a crueldade da Inquisição e a lógica absurda da Igreja Católica para reprimir sujeitos que não se enquadravam nos modelos sociais impostos por um poder que até hoje não reconhece o saber nem a importância das mulheres na vida social. Ou ainda, em “Medicina e bruxaria”,<sup>2</sup> que recupera a importância das mulheres sábias, das bruxas, das curandeiras e das parteiras que deram sustentação para os passos iniciais da medicina obstétrica e ginecológica. Discorrendo sobre esse passado histórico no qual as mulheres foram alijadas do poder da cura e seus saberes, neste campo, considerados maléficis pela Igreja Católica, a autora dá argumentos para um debate muito atual: como aceitar a intervenção religiosa em assuntos que concernem à política social? Como o Estado e a sociedade civil podem, nos dias que correm, estabelecer os limites dessa intervenção?

As últimas reflexões da autora são para questionar a mudança nos modelos de maternidade e de família cada vez mais influenciados pela globalização econômica, pela política, pela mudança nos padrões de consumo – bebês de proveta, barriga de aluguel. Se, por um lado, isso reflete um avanço tecnológico, por outro, não trouxe necessariamente o avanço na concepção do ser mãe, o que responsabiliza o corpo das mulheres pelos procedimentos, reforçando a ideologia de *tota mulier in utero*. Com relação à família, esta continua sofrendo influências permanentes do Estado. No passado, eram estimuladas grandes proles: “a indústria e a lavoura precisam de braços fortes!!!”, afirmavam os documentos oficiais. As mulheres,

então, eram reconhecidas e enaltecidas pelo número de filhos que geravam; seu reconhecimento era condicionado a sua capacidade de procriar. Posteriormente, o modelo de família foi reduzido: menores proles, mais desenvolvimento econômico. Assim foram construídas as políticas natalistas, submetidas principalmente aos países do Terceiro Mundo, entre os quais o Brasil.

Essa interferência constante na vida e os desejos das mulheres foram motivos para que os vários feminismos se rebelassem. As correntes radicais recusavam a maternidade como forma de alcançar a liberdade e romper com o determinismo biológico, e outras correntes reforçaram seu lado político e importância social. Houve, entretanto, um consenso entre as várias correntes: “Filho não é só da mãe”; maternidade está além do útero, sendo preciso, pois, vivenciá-la de forma compartilhada com a divisão de responsabilidades entre mães e pais. Essa divisão de responsabilidades está presente hoje em todas as discussões, em diferentes campos, seja no político, quando se impede e dificulta a participação das mulheres na vida pública, seja no campo educacional, quando as mulheres continuam assumindo quase solitariamente as responsabilidades pela educação dos filhos, tornando essa relação, muitas vezes, opressiva.

Mesmo assim, a “maternidade continua sendo afirmada como um elemento muito forte da cultura e identidade femininas pela sua ligação com o corpo e com a natureza”, finaliza Scavone (p. 184).

#### Notas

<sup>1</sup> Heirich KRAMER e James SPRENDER, 1992.

<sup>2</sup> Jaqueline PITANGUY, 1989.

#### Referências bibliográficas

- KRAMER, Heirich; SPRENDER, James. *O martelo das feitiças: malleus maleficarum*. 3. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- PITANGUY, Jaqueline. “Medicina e bruxaria”. In: LABRA, MariaEliane (Org.). *Mulher, saúde e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1989.

Mary Ferreira ■  
Universidade Federal do Maranhão

# Sonhos e lutas de organizações de mulheres negras na Grã-Bretanha

Outros tipos de sonhos:  
organizações de mulheres  
negras e políticas de  
transformação.

SUDBURY, Julia.

Rio de Janeiro: Objetiva, 2005. 168 p.

O livro *Outros tipos de sonhos: organizações de mulheres negras e políticas de transformação* traça um histórico da trajetória de organizações de mulheres negras na Grã-Bretanha e, por meio da análise crítica que efetua, confere visibilidade a coerências e contradições nos discursos das integrantes desses movimentos. Sudbury embasa a sua pesquisa em uma perspectiva histórica, social e crítica, concebendo as organizações de mulheres negras como históricas e em contínua transformação.

A obra resulta da pesquisa de doutorado da autora, que investigou doze organizações de mulheres negras, entrevistando 25 mulheres e mapeando as dificuldades e a realidade interna dessas organizações. Sudbury é inglesa, socióloga, com PhD em Sociologia, professora assistente no Mills College, em Oakland, e é ativista negra atuando em organizações de mulheres negras, tendo dirigido a Agência Nacional de Desenvolvimento para o Setor Voluntário Negro, em Londres.

Tal pesquisa permite embasar discussões sobre gênero e negritude, tratados de modo imbricado. Traz contribuições tanto do ponto de vista teórico, em virtude das análises e discussões conceituais que apresenta, como também metodológico, ao se referir às estratégias utilizadas para superar dificuldades com relação a procedimentos de coleta de dados e de análise e às reflexões acerca das implicações do embasamento teórico para a análise, situando-se em uma perspectiva comprometida com o seu objeto de estudo e com as transformações sociais na luta das mulheres negras na Grã-Bretanha. Assim, realiza reflexões em busca de subsídios conceituais e metodológicos que possibilitem

contribuir efetivamente para o alcance dos objetivos propostos, constituindo uma pesquisa engajada com a luta das mulheres negras organizadas pelos seus direitos e pela afirmação na sociedade diante das discriminações e dos ataques sofridos. Nesse sentido, pode-se afirmar que a autora superou a dicotomia entre teoria e prática no contexto do ativismo das mulheres negras, mostrando preocupação em repensar conceitos que limitam as ações das organizações de mulheres. Superando tal dicotomia, a autora procura articular teoria e prática estabelecendo uma relação em que se busca construir conceitos que embasam a ação, enquanto esta, por sua vez, conduz a uma re-construção conceitual. Além disso, o livro em questão também contribui para a atuação de outras organizações com objetivos semelhantes aos dos grupos investigados pela autora, divulgando as experiências que também podem ser utilizadas por outras organizações autônomas, bem como concorre para dar a conhecer também para o público em geral, não só para teóricos, pesquisadores e ativistas de movimentos sociais, diversos aspectos da realidade de mulheres negras e suas organizações.

A estrutura conceitual de análise da pesquisa constitui-se de quatro pontos principais que instrumentalizaram o seu olhar diante das informações obtidas através das entrevistas: deixar de ver as mulheres como vítimas, mas sim como pessoas conscientes e atuantes; substituir a política de identidade por política de posição, contemplando a especificidade de lugares sociais assumidos, com a própria autora posicionando suas análises na perspectiva womanista; articular 'raça', classe e gênero; e superar o essencialismo de 'raça' e sexo, que dificulta o acesso a novas oportunidades nas vidas das mulheres negras.

Em sua investigação a autora supera diversas dificuldades metodológicas, como o fato de ocupar um cargo de liderança em organização que investigou e ao mesmo tempo buscar uma imparcialidade e confiança das entrevistadas, apesar das implicações políticas do seu cargo e das disputas de interesses existentes nessas organizações. Entretanto, Sudbury conseguiu superar essa situação que lhe dificultava o acesso às organizações que visava

investigar, conciliando em ambos os lugares sociais seus conhecimentos e informações de que dispunha, beneficiando assim essas organizações. Desse modo, os objetivos de ambas as partes foram sendo alcançados, o que gerava satisfação mútua. Tal solução veio ao encontro do objetivo de que sua experiência como pesquisadora e seus conhecimentos como ativista pudessem contribuir para o fortalecimento das mulheres negras e suas organizações. Assim, salienta-se que, apesar dos lugares sociais de ativista e de pesquisadora ocupados concomitantemente pela autora, ela consegue soltar-se de amarras relacionadas a essas posições, tecendo críticas perspicazes e demonstrando alto grau de lucidez ao apontar preconceitos e incoerências nas teorizações e práticas dessas mulheres negras.

O capítulo metodológico, na verdade, consiste em uma crítica à 'sociologia branca', ou seja, ao 'racionalismo científico social', criticando as premissas epistemológicas que fundamentam a ciência sociológica branca que defende 'verdades universais' em prejuízo dos grupos minoritários e de seus saberes locais, padronizando na análise uma perspectiva europeia masculina.

Várias questões problemáticas existentes na realidade das mulheres negras podem ser apontadas, como a violência de mulheres contra outras mulheres, a violência dos homens negros contra as mulheres negras e racismo por parte de algumas mulheres negras, assim como também exclusão de lésbicas das lutas das organizações de mulheres negras.

Torna-se necessário desmistificar uma visão idealizada de homogeneidade nas organizações de mulheres negras que mascara diferenças, evidenciando que estas existem, assim como também estão presentes contradições e formas de opressão nessas organizações e um alto grau de complexidade na realidade dessas mulheres. Isso revela a falácia de uma unidade de propósitos e luta entre todas as mulheres, e também entre todos os negros, ignorando as diferenças, sejam de 'raça', gênero e também de classe social, sexualidade, e outras condições de vida, como por exemplo o fato de ser mãe solteira, o que constitui sistemas de opressão integrados.

Nesse sentido, as diversas minorias pertencentes a uma categoria maior, "mulheres negras", muitas vezes não sentem suas necessidades contempladas nas organizações das mulheres negras, as quais, sustentadas em uma idéia de suposta homogeneização, acabam

suplantando interesses e velando conflitos, como é o caso das lésbicas, excluídas por organizações negras que possuem uma concepção hegemônica patologizante de sexualidade, ocasionando cisões em um pretenso movimento unificado, questões essas que complexificam sobremaneira a compreensão das organizações de mulheres negras na Grã-Bretanha.

Existe também uma idealização que as mulheres negras investigadas fazem delas mesmas, inclusive citando heroínas mitificadas e deusas de diferentes religiões como modelos, o que acaba fazendo com que as mulheres ignorem suas fraquezas e busquem somente suas forças, procurando ser supermulheres, o que conduz à frustração.

Apesar de diversas ativistas negras se autodenominarem feministas, há um movimento crescente de crítica a esse conceito como característico do pensamento e da ação das mulheres brancas contra o sexismo. E assim as mulheres negras têm preferido o termo "womanismo". Womanismo é definido como uma perspectiva de valorização da mulher em todos os seus âmbitos de ação e relação, não possuindo, no entanto, uma conotação política, como é o caso do feminismo. Na realidade, o feminismo parece designar uma perspectiva de posicionamento da mulher branca, ignorando vivências mais específicas da realidade cotidiana que assolam as mulheres negras, não contempladas pelo conceito de feminismo.

Para uma compreensão mais acurada da opressão sofrida pelas mulheres negras, faz-se necessário articular os conceitos de gênero, 'raça' e classe social, constituindo um todo complexo cujas partes se inter-relacionam, o que caracteriza uma situação específica das mulheres negras, que não se encontra nas vivências das mulheres brancas e nem nas dos homens negros. Sendo assim, a articulação entre 'raça' e gênero origina categorias complexas: "racismo de gênero" e "sexismo racializado", relacionados às posições de classe assumidas, tornam-se conceitos que permitem uma compreensão mais ampla e crítica da situação vivenciada pelas mulheres negras.

Se por um lado pode-se afirmar que 'raça', como uma realidade que se auto-afirma biologicamente, sem ambigüidades, não existe, podendo estabelecer diferentes classificações conforme a cultura de uma determinada região, consistindo antes em um constructo social e histórico, o racismo existe e persiste, constituindo realidades e formas de subjetividade. Sendo assim, compreendendo-se categorias identitárias como sociais e historicamente construídas,

escapa-se da obviedade marcadamente biológica da 'raça' e do sexo, concebendo-os como um fenômeno social. Nesse sentido, ao evidenciar a identidade como a de mulher negra, apagam-se diferenças e ocultam-se as relações de poder que mantêm a ordem social hegemônica discriminatória, na medida em que não se consideram na análise as diferentes posições assumidas pelos sujeitos na sociedade, as quais, além de contemplar 'raça' e gênero, também definem-se a partir da classe social, sexualidade, religião, educação e condições situacionais diversas. Por esse motivo, torna-se pertinente a substituição do conceito de "política de identidade" por "política de posicionamento", enfatizando o lugar ocupado pelas mulheres negras no tempo e no espaço, a partir de uma perspectiva ideológica.

Com relação ao conceito de negritude, este é concebido atualmente por muitas organizações sociais como uma "cor política", constituindo-se, portanto, em um termo que abrange também quem não possui pele escura, como no caso das chinesas, por exemplo, que nesse contexto conceitual denominam suas organizações de negras. Sendo este um conceito utilizado, portanto, como sinônimo de grupos discriminados e vítimas de racismo, expandindo tal preconceito para as mais diferentes etnias, pode inclusive abranger os judeus. Tal abertura no uso do conceito de negritude o retira de uma visão essencialista, biologicista, colocando-o como uma categoria histórica e social.

Diante das diversas situações de opressão vivenciadas pelas mulheres negras pesquisadas, elas manifestaram uma compreensão de atuação política em que a luta é travada no cotidiano, não se restringindo à filiação a partidos políticos. Essa concepção do pessoal como político nas organizações de mulheres negras considera as experiências pessoais como ponto de partida, não desconsiderando, entretanto, a importância da ação coletiva.

As organizações de mulheres negras na Grã-Bretanha têm aderido à proposta de política de transformação sugerida por Patricia Hill Collins (1990) de sair da dicotomia entre indivíduo e coletividade, para seguir em um processo de trabalhar primeiramente na transformação e fortalecimento pessoal (autoconfiança, educação, desenvolvimento econômico/independência financeira). No entanto, uma ênfase nas mulheres como indivíduos pode conduzir a uma patologização, ignorando a importância da discriminação social sofrida por elas. Após esse primeiro momento, passa-se gradualmente a questionar o conceito de família saudável; a transformar a comunidade local (o desenvolvimento da consciência em comunidades locais); e a formar redes nacionais e internacionais.

A autora discute bastante a noção de identidade, as classificações e distinções e suas implicações nas relações sociais/de poder, mas não enriquece/beneficia suas análises com a teoria de "poder simbólico" de Bourdieu, autor que ela, em nenhum momento, menciona.

A partir da leitura do livro, pode-se compreender a complexidade das organizações de mulheres negras, como a sua relação com os homens negros violentos. Ao mesmo tempo que essas mulheres precisam defender-se desses homens, também precisam preservá-los da estigmatização que eles sofrem, defendendo-os assim dos ataques de mulheres e homens brancos que visam transformá-los em monstros, o que se constitui em uma das muitas relações contraditórias em que as mulheres negras se vêem envolvidas. Essa é uma entre tantas situações complexas e contraditórias que as mulheres negras enfrentam em seus movimentos de luta, diante das quais se unem e traçam estratégias diversas em busca da realização dos seus sonhos coletivos e individuais.

Sandra Iris Sobrera Abella ■  
Universidade Federal de Santa Catarina

## Elogio da leveza

Sinfonia em branco.

LISBOA, Adriana.

Rio de Janeiro: Rocco, 200. 222 p.

Ao reler alguns haikais de Basho, poeta japonês, me deparo com uma forma bastante particular de percepção, de sensibilidade. Como sugere Octavio Paz, num ensaio intitulado “A tradição do haiku”, do livro *Convergências*, a poesia de Basho é um verdadeiro calmante, que nos torna mais leves, que se constrói de forma leve. Ainda para Paz, tal efeito somente é possível porque, nos haikais de Basho, a palavra se resolve em silenciosa contemplação, em opaca musicalidade, em insustentável leveza.

Acredito que seja a partir dessa forma de sensibilidade e percepção das coisas que se configura o romance de Adriana Lisboa *Sinfonia em branco*. Diante do peso do viver que as personagens carregam durante suas trajetórias, há uma voz narrativa que opta por uma leveza do narrar, por uma brandura, por uma brancura.

Através de um texto em pedaços, em fragmentos espalhados no tempo, como acontece com a memória, a voz narrativa tece a história de duas irmãs, Maria Inês e Clarice. Ambas percorrem caminhos parecidos: saem do interior para estudarem na capital carioca quando ainda adolescentes, se casam e não são felizes, uma por vez. Ambas são completamente diferentes: Clarice, quatro anos mais velha, é obediente, possui duas cicatrizes causadas por uma faca Olfa (uma cicatriz em cada pulso) e leva em seu corpo as lembranças de um estupro praticado pelo próprio pai. Já Maria Inês, em silêncio, desafia as recomendações enumeradas pela mãe (os “assuntos proibidos”) e teve a sorte de somente assistir ao estupro da irmã, escondida atrás da porta: alguns anos depois, um pouco antes de chegar sua vez, a mãe a enviou de Jabuticabais ao Rio para morar com a tia-avó Berenice.

Entre ambas há Tomás, sujeito que aos vinte anos de idade vê seus pais serem levados para algum lugar que não sabia onde porque eram militantes políticos e tinham livros proibidos.

Sozinho no mundo, algum dia Tomás olha pela janela de seu apartamento e vê, no prédio ao lado, uma garota vestida de branco, em frente ao espelho. Mais tarde se conhecem. Ela se chama Maria Inês. Tomás se apaixona. Maria Inês eu não sei. Sei que eles não se casam porque Maria Inês se casa com um primo.

Muitas faltas, algumas perdas, poucos afetos: esse é, portanto, o mote que perpassa as 222 páginas dos 15 capítulos de *Sinfonia em branco* – personagens marcadas com alguma estupidez, com o fardo pesado de uma vida cheia de limitações, e que se vêem diante do peso do mundo, com o peso do mundo, sem qualquer referência, sem terem onde segurar.

No entanto, como sugere Ítalo Calvino em *Seis propostas para o próximo milênio*, a busca da leveza surge como possibilidade de resistência, como reação ao peso do viver. Se a leveza não aparece na relação entre as personagens, ela se cria no próprio ato de escritura, no ato de narrar, ou, para retomar os haikais de Basho, numa certa forma de sensibilidade e percepção das coisas ao redor – um sentir, como propõe Octavio Paz, que se localiza entre a sensação e o pensamento, entre o sentimento e a idéia.

Dessa forma, o desejo da voz que narra é sempre o de retirar peso da linguagem, de desejar o insustentável e o delicado. Sua estratégia, portanto, não é a de falar da dor das personagens, mas a de caminhar em volta dessa dor, em volta dessa falta, desse vazio. A voz que fala em *Sinfonia em branco* é uma voz discreta, quase secreta. É uma voz que, acima de tudo, por vezes, silencia, como nesse fragmento: “Clarice sentiu mais uma vez, com as pontas dos polegares, as duas cicatrizes gêmeas, uma em cada punho. E sorriu um sorriso involuntário e triste, um sorriso sem mistérios, ao pensar que afinal acabara sobrevivendo a si mesma” (p. 23).

Por um princípio de delicadeza, a voz não diz algo. Mas este algo está aí, implícito – é o dito do não-dito. Não é necessário, não é conveniente descrever o estado de espírito de Clarice – não é preciso explicação e reiteração. Basta um silencioso contemplar, basta uma pintura quieta e conformada da cena.

Roland Barthes diz, em *O neutro*, que a delicadeza também está ligada ao poder de criar metáforas. Ou seja, de destacar um traço e fazê-lo proliferar em linguagem, de observar uma imagem e pensá-la poeticamente, em senti-la

poeticamente, como nesse trecho de *Sinfonia em branco*: “Sempre ela, sempre Maria Inês. Que magicamente havia sido capaz de tatuar-se, de marcar-se como se marcam bois, a ferro e fogo, na existência de Tomás. E na existência de Clarice. Um arco-íris titubeante no céu depois da chuva. A retina maculada pela pós-imagem do sol. A cicatriz que sobrou da cirurgia, ou a cicatriz da faca Olfa. A fumaça que fica no ar apesar de já extinto o fósforo, o cheiro do incenso que sobrevive ao bastãozinho. Um lenço desbotado” (p. 73). Ou, ainda, nessa bela imagem: “O amor era como a marca pálida deixada por um quadro removido após anos de vida sobre uma mesma parede” (p. 9). Há várias formas de falar de uma ausência, de uma marca, do amor: Adriana Lisboa escolhe a mais sutil, delicada, leve.

Para Calvino, a leveza também está associada à precisão, à exatidão. O autor diz que, para combater o excesso, o peso – obsessões capazes de bloqueá-lo – limita o campo do que pretende dizer, divide esse campo em outros mais

limitados e narra o mínimo, o exato, com imagens nítidas e incisivas. Para buscar o vago, a abstração e o leve, Calvino diz que é necessária a idéia de medida, de limite. Em outras palavras, o leve só pode ser preciso.

E é também esse caminho que a voz de *Sinfonia em branco* percorre. Ao invés de narrar a melancolia de Clarice, a dor de Clarice, a voz narrativa opta pelo toque dos dedos nos pulsos, na cicatriz dos pulsos; pelo detalhe de um pequeno sorriso; pelo miúdo, pelo mínimo, pelo pequeno. A voz narrativa, portanto, busca na opacidade da imagem, num olhar silencioso, musical, em elementos extremamente sutis e quase imperceptíveis, um impulso para a leveza da cena, da vida. Diante do peso do viver, a leveza do narrar, como nos versos de José Miguel Wisnik: “Se meu mundo cair/ eu que aprenda a levitar”.

Victor da Rosa ■  
Universidade Federal de Santa Catarina